

A lógica biologizante constrói o gênero? Comparando as obras *Sejamos todos feministas* (2015) e *A invenção das mulheres* (2021)¹

Does the biologizing logic construct gender? Comparing We should all be feminists (2015) and The invention of women (2021)

Laura Bergozza Pereira,² UFPel

Resumo

O presente trabalho, inserido no campo de estudos historiográficos de gênero, trata sobre a análise de duas obras produzidas por autoras nigerianas, *Sejamos todos feministas* (2015), de Chimamanda Ngozi Adichie e *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* (2021), de Oyèrónkẹ Oyěwùmí. A partir da análise comparada, proposta por Kocka (2003; 2009), questiona-se, com base na metodologia comparada, como as obras citadas tratam a perspectiva biológica do gênero, considerando os atravessamentos das violências colonialistas, que sustenta a perspectiva eurocêntrica-ocidentalizante.

Palavras-chave: Estudos de gênero; Feminismos africanos; Colonialidade.

Abstract

This work, situated within the field of historiographical gender studies, examines two books written by Nigerian authors: *We Should All Be Feminists* (2015), by Chimamanda Ngozi Adichie, and *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses* (2021), by Oyèrónkẹ Oyěwùmí. Through a comparative analysis, as proposed by Kocka (2003; 2009), it investigates how these works address the biological perspective of gender, considering the intersections of colonialist violence that uphold a Eurocentric–Westernizing framework.

Keywords: Gender studies; African feminisms; Coloniality.

Introdução

Os processos de apagamentos e silenciamentos que atravessam as Histórias das Áfricas³ tocam feridas profundas, em que sujeitos e seus conhecimentos são deslocados às

¹ Este artigo é construído como um recorte da monografia da autora, intitulada *Gênero, colonialismo e feminismos africanos: um estudo comparativo das obras Sejamos todos feministas (2015), de Chimamanda Ngozi Adichie e A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero (2021), de Oyèrónkẹ Oyěwùmí.*

² Bacharela em História pela Universidade Federal de Pelotas. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7565160982415221>; e-mail: laurabergozzap@gmail.com.

³ A ideia de múltiplas Áfricas dá-se em correspondência com Pacheco (2008, p. 9), que compreende que as complexidades e diversidades históricas, sociais e geográficas do continente africano constituem as variadas Áfricas.

margens das lógicas eurocêntricas-ocidentalizantes.⁴ A subjugação de povos, saberes e estruturas socioculturais africanos corresponde, nesse sentido, à manutenção da hegemonia⁵ branca e patriarcal do Norte Global, em que a pluralidade de línguas, sujeitos, vozes e memórias são usurpados pelas violências colonialistas.⁶

A destituição da humanidade, firmada em conjunto com a construção da ideia de incapacidade e incivilidade de determinados povos e corpos, foi o cerne de sustentação da narrativa de superioridade europeia (Carneiro, 2005, p. 99). Neste prisma, a universalização de conceitos e sentidos africanos, realizados em prol da branquitude patriarcal, toca para além da marginalização, ela vincula-se a negação e eliminação daquele/a caracterizado como outro/a, em que sua presença, seus signos e símbolos próprios são apagados. Isto é, verifica-se um processo de “[...] realidade negada, a destruição da personalidade espiritual e material da pessoa africana” (Asante, 2009, p. 95).

Os apagamentos das singularidades que constituem as complexidades de diferentes sociedades africanas estão conectados, para tanto, ao domínio da lógica colonialista (Hernandez, 2005, p. 18), que estabeleceu a perspectiva eurocêntrica-ocidentalizante como norma. As perspectivas próprias de África passaram, assim, a ser atravessadas por um processo de imperialização, para que se encaixem nos parâmetros eurocêntricos (Dove, 1998, p. 6). Neste horizonte, a violência epistemológica,⁷ a qual se realiza através do aniquilamento de conhecimentos de populações subjugadas (Nanque, 2018, p. 3), também foi instrumentalizada para confecção da racialidade (Carneiro, 2005, p. 96). Martins e Moita (2018, p. 6) explicitam essa correlação ao afirmar que,

[...] uma sociedade que passa a construir-se epistemologicamente dentro de uma perspectiva branca colonial e patriarcal, a partir de uma relação extremamente desigual de saber-poder que, historicamente e de modo sistemático tem colocado em um espaço de subalternidade o conhecimento e formas de saber dos povos e nações colonizados dando existência à dominação epistemológica (Martins; Moita, 2018, p. 6).

⁴ O termo “eurocêntrico-ocidentalizante” é inspirado no conceito “eurocentralizante”, proposto por Pinto (2023), sendo apreendido em vista da compreensão de que, com o avanço do capitalismo, a Europa deixa de ser a única protagonista das violências de exploração e subjulgamento entre países.

⁵ Hegemonia é entendida, neste momento, como uma forma de dominação abrangente. Adota-se, portanto, a perspectiva de Hall (2003, p. 312), o qual destaca o caráter multidimensional da hegemonia, reconhecendo que ela também está relacionada com a imposição de certa interpretação sobre o mundo, confeccionada como a única a ser seguida (Díaz, 2017, p. 170).

⁶ Para este trabalho, lança-se mão da perspectiva decolonial de colonialidade, a qual entende colonialidade como a continuidade das violências coloniais (Ferrara; Carizzo, 2021, p. 3).

⁷ Epistemologia aqui é compreendida a partir da compreensão de Kilomba (2019, p. 54), a qual define não apenas como o processo de aquisição do conhecimento, mas também como identificadora daquilo apreendido como “conhecimento verdadeiro” e de quem se pode confiar.

As construções de conhecimento, erudição e ciência não se distanciam, desta forma, das relações de poder, a qual a diferença racial está incluída (Kilomba, 2019, p. 50). Para além, urge notar que a hierarquia racial está associada às violências sexistas (Kilomba, 2019, p. 101). Por isso, quando se considera os recortes de racialidade, gênero e espaço geográfico, isto é, quando se trata de mulheres negras africanas, as práticas de epistemicídio tomam novos enquadramentos, haja vista que suas colaborações para o processo de construção do conhecimento são categorizadas como residuais e periféricas (Aquino, 2020, p. 158).

Para tanto, a resistência de mulheres africanas dá-se tanto de forma interna, quanto externa, já que a desconstrução da perspectiva eurocêntrica está ligada à oposição das opressões de gênero (Dove, 1998, p. 20). Nesse prisma, a preocupação com as especificidades africanas foi um aspecto que marcou a ruptura epistemológica nos estudos de gênero, em que se passou a considerar racialidade e colonialidade como dispositivos entrelaçados às violências de gênero (Silva, 2021, p. 279). O desenvolvimento dos movimentos feministas em África tem problematizado a própria compreensão de “gênero”, ponderando sobre os atropelamentos colonialistas sobre esta categoria (Arduino, 2016, p. 144).

É sob o cenário de reivindicações e problematizações interseccionais, em que aspectos como raça, gênero, nacionalidade, classe e etnia são postos ao debate, que este trabalho se desenvolve. Inserindo-se no campo dos estudos historiográficos de gênero, analisa-se duas obras produzidas por autoras nigerianas: *Sejamos todos feministas*, de Chimamanda Ngozi Adichie, publicada no Brasil em 2015 pela Companhia das Letras,⁸ e *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*,⁹ de Oyèrónké Oyěwùmí, lançada no país em 2021 pela Editora Bazar do Tempo.

Apoiando-se em uma perspectiva interdisciplinar, considera-se tanto o contexto de disputas em que os estudos de gênero estão posicionados, quanto as práticas de embranquecimento epistemológico, questionando como as obras citadas tratam a perspectiva biológica do gênero. Busca-se, a partir disso, compreender, com o amparo da metodologia comparada de Jürgen Kocka (2003; 2009), como as autoras apresentam as discussões da perspectiva biológica sobre a categoria de gênero, tendo em vista os atravessamentos da perspectiva eurocêntrica-ocidentalizante.

A metodologia de análise comparada, proposta por Kocka (2003; 2009), discute as divergências e convergências entre dois ou mais fenômenos, a fim de construir uma melhor descrição, explicação e interpretação (Kocka; Haupt, 2009, p. 2). A partir disto, faz-se

⁸ O livro foi publicado inicialmente em língua inglesa, em 2014, pela Editora *Fourth Estate*.

⁹ O livro foi publicado inicialmente em língua inglesa, em 1997, pela Editora *University of Minnesota Press*.

possível identificar aspectos que poderiam não ser observados de forma isolada (Kocka, 2003, p. 40). A análise comparada, assim, embora considere uma distinção analítica entre as fontes, não descarta as inter-relações que possam existir (Kocka, 2003, p. 44).

À luz deste contexto, o presente artigo soma-se à defesa de uma postura antirracista e anticolonialista, atentando ao princípio de ausência, o qual é instrumentalizado para o exercício da soberania da branquitude patriarcal. Considera-se, para tanto, a apropriação do véu “silenciador da invisibilidade” para a naturalização das violências interseccionais de gênero e raça, em que o processo de ocultação vincula-se a isenção das opressões (Nzegwu, 2023, p. 179). Busca-se, com isso, contribuir com um estudo que trate tanto de África quanto de mulheres africanas e suas colaborações intelectuais para além das limitações e silêncios eurocêntricos-ocidentalizantes.

Quem decide quem pode falar? Discutindo epistemicídio e movimentos feministas africanos

Para pensar sobre as práticas de epistemicídio, faz-se preciso voltar à construção da racialidade como elemento de diferenciação, haja vista que a violência epistemológica é apreendida como dispositivo de controle e manutenção da soberania da branquitude patriarcal. A confecção de um/a outro/a foi o cerne da elaboração da diferença colonial (Ballestrin, 2013, p. 101), a qual foi delineada a partir da criação de categorias como raça e identidade racial (Quijano, 2005, p. 107). A negritude, dentro do imaginário branco, foi produzida para representar e simbolizar aquilo que a branquitude não gostaria de ser e nem parecer, isto é, para branquitude, a negritude serviu como primeira face da Outridade (Kilomba, 2019, p. 38).

A categoria raça, desta forma, passou a ser utilizada para a hierarquização de populações dentro de diferentes níveis, lugares e papéis (Quijano, 2005, p. 108). Esta instrumentalização veio acompanhada de um processo de desumanização e animalização, em que, à vista de uma construção de narrativa legitimadora das violências, enquadraram-se sujeitos não brancos/não europeus como inferiores (Coli, 2021, p. 105). A construção da racialidade como ponto determinante de diferenciação entre bem e mal, acarretou na categorização de menoridade e incapacidade a sujeitos/as negros/as (Carneiro, 2005, p. 107).

Este processo pavimentou a supervalorização do eurocentrismo (Coli, 2021, p. 107), privilegiando as construções de conhecimentos oriundos da branquitude. A subalternização racial não se limita, portanto, às esferas político-econômicas, ela toca a percepção que indivíduos racializados constroem sobre si e sobre o seu entorno (Fanon, 2020, p. 25). As

violências colonialistas, neste horizonte, apreendem o epistemicídio como dispositivo de desapropriação e deslegitimação de sujeitos, de seus saberes e de sua cultura (Carneiro, 2005, p. 96). Nzegwu (2023, p. 159) trata desta problemática ao afirmar que:

Nos salões sagrados da academia, encontramos as inscrições do imperialismo e do racismo nas próprias categorias de racionalidade, objetividade, universalidade, verdade e conhecimento. Racializadas, elas adquirem uma força excludente que é utilizada de três maneiras principais: para barrar a entrada de descendentes de povos não europeus; para deslegitimar o que estudiosas e estudiosos não europeus sabem e contribuem para o trabalho teórico; e para tolerar preconceitos acadêmicos, irrelevâncias, meias-verdades e interpretações problemáticas sobre os outros por parte de pessoas intelectuais brancas (Nzegwu, 2023, p. 159).

O espaço acadêmico, conforme defende Kilomba (2019, p. 50-51), não está em contexto de neutralidade, mas sim são representações das disputas de poder, em que a Outridade racial está localizada. Novamente, verifica-se um processo de desumanização de sujeitos e conteúdos referentes e produzidos por aqueles/as categorizados como Outro/a, em que se realiza a apropriação de sentidos que lhe são distantes, em sentido a imputar a narrativa de incapacidade e reforçar a hegemonia eurocêntrica (Carneiro, 2005, p. 99).

Destaca-se que, à sombra deste cenário, o recorte de gênero submerge como uma categoria usurpada pelo colonialismo, em que mulheres negras africanas são postas às margens da periferia (Nzegwu, 2023, p. 153), representando a Outridade da Outridade, haja vista que as dinâmicas de poder, gênero e racialidade estão emaranhadas a uma complexa rede de relações e disputas (Kilomba, 2019, p. 56). Mulheres negras, neste prisma, passam a ser categorizadas pela marginalização da própria confecção de gênero, uma vez que “[...] mulheres de outras raças são sempre consideradas as Outras, seres desumanizados que não cabem sob o título de mulher” (hooks, 2024, p. 222).

A invisibilização de mulheres negras, especialmente africanas, está alinhada à lógica de dominação colonial, a qual retroalimenta as dinâmicas de diferenciação racial e de gênero. Nzegwu (2019, p. 153), explica que ser uma mulher africana “[...] significa, especificamente, ser “o Outro” antagonista, a antítese da pessoa branca deliberativa, competente, racional e civilizada”. O controle exercido pela hegemonia da branquitude patriarcal, assim sendo, penetra as profundidades das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, instrumentalizando as desigualdades como dispositivos de controle.

A colonialidade opera dentro de um processo complexo, em que grupos marginalizados podem subalternizar outros grupos marginalizados. Exemplo deste processo é o desenvolvimento dos movimentos feministas, visto, por uma parcela de mulheres brancas,

como um caminho de agir para si e seu grupo representativo, apropriando-se de protagonismos e narrativas, inclusive raciais (hooks, 2024, p. 238).

As fissuras desta conjuntura posicionam mulheres negras a uma espécie de lugar vazio (Kilomba, 2019, p. 97). Contrapondo essas violências de apagamentos, mulheres racializadas, não apenas africanas, mas também latinas, asiáticas, indígenas, mulçumanas, islâmicas, têm reivindicado seus protagonismos, problematizando os diferentes meios de violências e subjugação a que são atravessadas, os quais extrapolam os contextos da branquitude do Norte Global (Ballestrin, 2017, p. 1036).

As teorias até então postas como universalmente aplicáveis a todas as mulheres passaram a ser observadas como limitadas a um contexto branco, ocidental e de classe média (Collins, 2019, p. 37). Sob influência dos estudos pós-coloniais e movimentos anticoloniais, a partir dos anos 1980, os chamados “feminismos subalternos”, oriundos do Sul Global, tornam a problematizar o domínio do feminismo do Norte Global, refletindo sobre as estruturas de dominação e representação de sujeitos (Ballestrin, 2017, p. 1037). Sobre este ponto, Díaz (2017, p. 163) explica que:

[...] los análisis feministas de la situación de la mujer realizados en y desde Occidente presuponen toda una serie de representaciones colectivas cuyos efectos políticos son innegables, en la medida en que ese modelo teórico construído sobre la base histórica de Occidente extrapola un modo de entender a la mujer como sujeto y categoría política, y afectan, por tanto, a la manera de organizar la convivencia y la comunidad política (Díaz, 2017, p. 163).¹⁰

A universalização da mulher branca e de suas agendas marginalizou mulheres racializadas, desconsiderando que as violências de gênero possuem contornos interseccionais perpassados pelas relações de poder (Kilomba, 2019, p. 97). A luta pela libertação feminina, deslocada das discussões contextuais das opressões e sem pontuar as especificidades que atravessam as mulheres, torna a ser um mecanismo novo de opressão. As violências de apagamentos e silenciamentos, desta forma, deixam de conceber questões que toquem para além da perspectiva da mulher branca (Arduino, 2016, p. 154).

O desenvolvimento dos feminismos africanos passa a ser percebido a partir das décadas de 1970 (Silva, 2014, p. 64) e 1980 (Ballestrin, 2017, p. 1039), não apenas sob

¹⁰ Tradução do trecho: As análises feministas da situação da mulher, realizadas no e a partir do Ocidente, pressupõem toda uma série de representações coletivas cujos efeitos políticos são inegáveis, na medida em que esse modelo teórico construído com base na história ocidental extrapola uma forma de compreender a mulher como sujeito e categoria política, afetando, portanto, a maneira de organizar a convivência e a comunidade política (Díaz, 2017, p. 163, tradução própria).

influência dos estudos pós-coloniais, mas também das feministas estadunidenses e europeias. Ainda que se inspirasse em mulheres do Norte Global, a organização dos movimentos feministas africanos reivindicava primordialmente o protagonismo de suas agendas (Silva, 2014, p. 64). Este quesito fica pontuado na Carta de Princípios Feministas para as Feministas Africanas, produzida pelo Fórum Feminista Africano, que afirma

Nós reivindicamos e afirmamos a longa e rica tradição de resistência das mulheres africanas ao patriarcado em África. Doravante reivindicamos o direito à teorizar, por nós mesmas, escrever para nós mesmas, formular estratégias para nós mesmas e falar por nós mesmas como feministas africanas (Fundo para Desenvolvimento das Mulheres Africanas, 2016, p. 5).

Não foi apenas pelo protagonismo de suas reivindicações que as feministas africanas lutaram, elas também reiteram a importância de observar as resistências femininas africanas apreendidas historicamente (Fundo para Desenvolvimento das Mulheres Africanas, 2007, p. 5). Neste horizonte, os movimentos feministas em África, sob uma abordagem afrocêntrica, “[...] questionam conceitos universalistas, problematizando experiências locais e globais, que devem ser analisadas segundo suas especificidades” (Silva, 2021, p. 283).

As opressões racistas, ao atravessarem as relações de gênero, trazem à tona o exercício da colonialidade, a qual se transpõe aos aspectos sociais, políticos, culturais, geográficos, étnicos e econômicos. Os apagamentos apreendidos pelos feminismos do Norte Global, especialmente na prática de universalizar a branquitude, não se distanciam das violências epistemológicas. A deslegitimação de conhecimentos e contextos produzidos por e de mulheres africanas está relacionado, neste prisma, a hegemonia colonialista, que negligencia especificidades históricas e socioculturais. A consideração deste aspecto importa para pensar sobre as autoras e obras tratadas neste artigo, uma vez que elas não estão imunes dos atravessamentos eurocêntricos-ocidentalizantes.

Gênero a vista: uma análise comparada das obras *Sejamos todos feministas*, de Chimamanda Ngozi Adichie (2015) e *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, de Oyèrónkè Oyěwùmí (2021)

Para pensar sobre a perspectiva de gênero, lança-se mão de duas obras, produzidas por duas mulheres nigerianas. Inicialmente, analisa-se o livro *Sejamos todos feministas*, de Chimamanda Ngozi Adichie, publicado pela primeira vez em língua inglesa no ano de 2014, pela Editora *Fourth Estate*, sendo traduzido e lançado no Brasil, em 2015, pela Editora Companhia das Letras. Posteriormente analisa-se *A invenção das mulheres: construindo um*

sentido africano para os discursos ocidentais de gênero, de Oyèrónké Oyèwùmí, publicado em 1997, pela Editora *University of Minnesota Press*, sendo traduzido e distribuído no Brasil, no ano de 2021, pela Editora Bazar do Tempo.

Para análise das obras, faz-se relevante contextualizar sobre as autoras. Por um lado, Adichie se denomina como “uma contadora de histórias” (TED, 2009, min. 0:15), pertencente da cultura Igbo, vem de uma família descrita por ela como “[...] convencional, de classe média” (TED, 2009, min. 2:58). Tendo crescido aos redores do campus universitário, Adichie estava ambientalizada a esse contexto, seu pai, James Nwoye Adichie, era Professor de Estatística da Universidade e sua mãe, Grace Ifeoma, trabalhava como administradora na mesma instituição (Geledés, 2010). Aos 19 anos, ela se mudou aos Estados Unidos para ingressar ao ensino superior, tornando-se mestre em Escrita Criativa pela Universidade de Johns Hopkins, em 2003, em Baltimore, já em 2008, certificou-se como mestre em Estudos Africanos pela Universidade de Yale (Geledés, 2010).

Inicialmente Adichie publicou livros de cunho literário, como *Purple Hibiscus*, publicado em 2003 pela Editora *Algonquin Books*; *Half of a yellow Sun*, publicado em 2006 pela Editora *Fourth Estate*; pela mesma Editora, publicou em 2009, *The thing around your neck*; em 2013, publicou pela Editora estadunidense *Alfred A. Knopf* e pela Editora *Fourth Estate* no Reino Unido *Americanah*; em 2025, pelas Editoras, publicou *Dream Count*.¹¹

Contudo, Adichie também publicou livros de cunho ensaísticos, em que tratou sobre feminismo e luto, como *Sejamos todos feministas*, que é analisado nesse recorte. Sobre ser feminista, Adichie afirmou em entrevista a Claudia Salazar Jiménez (2017), que este é um exercício de consciência não apenas sobre as opressões que tocam as mulheres, mas sim que tocam a todos os seres humanos. Isto porque os feminismos dizem respeito tanto às questões universais quanto específicas das experiências de cada contexto (Adichie, 2017).

Sob outro contexto, Oyèwùmí, pertencente à linhagem iorubá (ILEA-UFRGS, 2021), desde a juventude, teve familiaridade com a vida no palácio, pois seu pai foi reconhecido como monarca em 1973. Ela, então, estava próxima aos rituais, festas e costumes tradicionais de matriz iorubá (Rose, 2025). A autora teve a sua formação no ensino superior em Ibadan, na Nigéria (Stony Brook University, 2025), porém ela também se mudou para os Estados Unidos para realizar sua pós-graduação em Sociologia.

¹¹ No Brasil, as obras de Adichie foram traduzidas e lançadas pela Editora Companhia das Letras. Seguindo a ordem apresentada no texto, em seguida apresenta-se os títulos das obras em língua portuguesa e seu ano de publicação no Brasil: *Hibisco roxo* (2011); *Meio sol amarelo* (2008); *No seu pescoço* (2017); *Americanah* (2014); *A contagem dos sonhos* (2025).

Oyèwùmí concluiu o seu Doutorado, em 1993, na Universidade da Califórnia, em Berkeley, defendendo a tese intitulada *Mothers not women: making an african sense of western gender discourses*¹² (Rose, 2025). Foi a sua tese que deu origem ao livro aqui analisado. Atualmente, Oyèwùmí atua como Professora de Sociologia na Universidade de Stony Brook (Moi, 2024), ela trabalha com áreas das Teorias Feministas e estudos sobre África.

Seus estudos têm se direcionado para o horizonte dos estudos pós-coloniais, abarcando a esta perspectiva a análise sociológica do gênero, a sociologia do conhecimento e da cultura (Stony Brook University, 2025). A partir disto, analise-se as obras *Sejamos todos feministas*, de Chimamanda Ngozi Adichie (2015), e *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, de Oyèrónké Oyèwùmí (2021), tendo em vista o recorte de como cada uma compreende o gênero.

A obra *Sejamos todos feministas* chega ao Brasil, em 2015, pela Editora Companhia das Letras, com tradução de Christina Baum. Originalmente, o livro foi embasado na palestra intitulada *We should all be feminists*, realizada por Adichie, no ano de 2012, para a conferência TEDxEuston. Em 2014, sob o mesmo título, o livro foi publicado pela primeira vez por Adichie, pela Editora Fourth Estate. Na obra *Sejamos todos feministas* (2015), a autora trabalha com uma série de experiências diárias, trazendo à tona como as violências de gênero fazem-se presentes na vida das mulheres, convidando leitores/as a refletir sobre as opressões sexistas, bem como a desnaturalizar os espaços determinados aos gêneros.

Ao tratar sobre os papéis sociais do gênero, Adichie defende que as desigualdades entre homens e mulheres têm origem na cultura machista e que a via de desconstrução é com o feminismo. Ao longo do livro, a autora elenca uma série de exemplos cotidianos, como a naturalização da determinação de espaços de poder e protagonismo para homens. Segundo Adichie (2015, p. 16-17), “Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar “normal” que esses cargos de chefia só sejam ocupados por homens”.

Para além, Adichie (2015, p. 24-25) ainda toca repressão de sentimentos, quando fala que “Uma mulher não deve expressar raiva, porque a raiva ameaça”, ela evidencia que mulheres são ensinadas a não sentirem raiva, porque o espaço que elas pertencem é o da passividade. Contudo, a postura mantida pela autora, ainda que se proponha desconstruir comportamentos machistas, mantém uma perspectiva que reforça a ideia biologizante de gênero. Adichie (2015, p. 19-20) afirma que

¹² Tradução do original: *Mães e não mulheres: criando um sentido africano para os discursos de gênero ocidentais*.

Homens e mulheres são diferentes. Temos hormônios em quantidades diferentes, órgãos sexuais diferentes e atributos biológicos diferentes – as mulheres podem ter filhos e homens não. Os homens têm mais testosterona e em geral são fisicamente mais fortes do que as mulheres. Existem mais mulheres do que homens no mundo – 52% da população mundial é feminina –, mas os cargos de poder e prestígio são ocupados pelos homens (Adichie, 2015, p. 19-20).

Adichie (2015) não ignora as imbricações socioculturais sobre as desigualdades de gênero. Quando fala sobre a marginalização de mulheres em cargos de protagonismo, a autora evidencia a problemática da exclusão de gênero, sendo esta uma prática apropriada pelo sexismo para a sustentação da estrutura de dominação. Todavia, seu argumento é que estas diferenças reforçam as distinções biológicas. Este aspecto pode ser verificado novamente na afirmação “Meninos e meninas são inegavelmente diferentes em termos biológicos, mas a socialização exagera essas diferenças” (Adichie, 2015, p. 37).

A concepção biologizante, contudo, conforme aponta Ballestrin (2017, p. 1038), vincula-se a narrativa legitimadora colonialista, que desconsidera as construções sociopolíticas e históricas que perpassam o gênero. Não distante, Andrade e Santos (2020, p. 124) explicitam que o domínio patriarcal não se manteria apenas pela ordem biológica, uma vez que as desigualdades de gênero se estruturam a partir das construções socioculturais e políticas. Adichie, nesse sentido, acaba por recair na universalização da lógica eurocêntrica-ocidentalizante que se confeccionou sobre o gênero.

Por outro lado, publicado, inicialmente em 1997, *The invention of women: making an african sense of western gender discourses* foi uma adaptação de sua tese de Doutorado em Sociologia, concluído em 1993. Contudo, é, somente 24 anos depois, em 2021, que *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* chega ao Brasil, pela Editora Bazar do Tempo, com tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

Na obra, o que se verifica é um estudo crítico à universalização dos estudos de gênero a partir da análise da língua iorubá, em que a autora defende que gênero é uma categoria colonialista que não corresponde à organização e aos sentidos da cultura iorubá. Ela também defende que a perspectiva biológica, não só do gênero, mas de raça também, é um elemento do eurocentrismo, que desconsidera particularidades próprias de cada povo e contexto (Oyěwùmí, 2021, p. 32).

A autora (2021, p. 135) defende que “[...] a história iorubá foi reconstituída por meio de um processo de invenção de tradições generificadas. Homens e mulheres foram inventados

como categorias sociais, e a história apresentada como dominada por atores masculinos”. A lógica biologizante, nesse sentido, é identificada como componente do pensamento eurocêntrico, por centralizar o corpo e, conseqüentemente, enfatizar o sentido visual (Oyěwùmí, 2021, p. 29).

Oyěwùmí defende que, ao privilegiar a visualidade, a consciência eurocêntrica salientou as construções de categorias e hierarquias visíveis dentro de um sistema binário, antagonizando feminino/masculino, branco/preto (Oyěwùmí, 2021, p. 32). Para ela, o destaque dado à interpretação biológica repousa na manutenção da hegemonia eurocêntrica do conhecimento. Neste cenário, Oyěwùmí (2021, p. 39) compreende o gênero como “[...] sendo uma construção social, é também um fenômeno histórico e cultural. Conseqüentemente, é lógico supor que, em algumas sociedades, a construção de gênero não é preciso ter existido”. A autora, para tanto, retorna a seu argumento central: gênero é um produto ocidental, oriundo da colonização.

Se por um lado, para Adichie, gênero é uma categoria de ordem anatômica e biológica, para Oyěwùmí, por outro lado, é uma construção social, histórica e cultural, em que, com base na cultura iorubá, a autora contesta a universalização da categoria “mulheres”, argumentando que ela foi uma construção imposta pelo colonialismo, utilizada como mecanismo de controle social e organizacional que projetou sobre a África uma lógica de dominação abrangente. As violências de gênero, nesse contexto, também emergem como produtos dos projetos colonialistas, que retiraram o protagonismo das mulheres africanas e as subordinaram a fronteiras sexistas e patriarcais.

Considerações finais

Seja na literatura ou na teoria crítica, as vozes de Adichie (2015) e Oyěwùmí (2021) oferecem importantes contribuições. Suas distintas percepções diante do gênero evidenciam que a categoria de gênero é gestada em uma rede complexa de plurissignificados, sendo atravessados pelas relações de poder colonialistas. Para além, as produções analisadas não se distanciam do contexto pessoal das autoras. Por serem mulheres nigerianas diaspóricas, ainda que pertençam a diferentes culturas etnolinguísticas, ambas são marcadas pelas relações coloniais e fissuras deixadas por elas.

Esta perspectiva ampara-se em Hall (2003, p. 42), que afirma que “As identidades formadas no interior da matriz dos significados coloniais foram construídas de tal forma a barrar e rejeitar o engajamento com as histórias reais de nossa sociedade ou de suas “rotas”

culturais”. Ou seja, sujeitos cujas identidades são gestadas sob conjuntura de colonialista são perpassadas pela lógica subordinante, em que a narrativa hegemônica prioriza a noção eurocêntrica-ocidentalizante, marginalizando especificidades.

Ainda que as autoras possuam como ponto de intersecção ambas serem atravessadas pelas opressões coloniais, as divergências entre as autoras situam-se no campo da concepção de gênero. Para Oyěwùmí (2021, p. 32), os antagonismos homem/mulher e branco/preto não se aplicam à lógica africana, uma vez que se apoiam em uma perspectiva biológica e ignoram as intersecções estruturais próprias da cultura iorubá. Adichie (2015), por sua vez, ao discutir os papéis sociais de gênero e recorrer a argumentos de base biologizante (Adichie, 2015, p. 37), acaba por reafirmar o binarismo homem/mulher.

É possível observar que Adichie (2015) adota, em *Sejamos todos feministas*, uma posição próxima ao feminismo do Norte Global, cuja principal reivindicação recai sobre a desconstrução das expectativas de gênero. Isto ocorre em razão da autora não problematizar a própria construção da categoria gênero, mas sim concentrar sua crítica nos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

Adichie (2015) e Oyěwùmí (2021) representam, assim, parte da diversidade de vozes que constituí o desenvolvimento dos movimentos feministas no continente africano. Enquanto Adichie (2015) sustenta uma perspectiva biologizante sobre o gênero, Oyěwùmí (2021) adota uma postura crítica em relação às próprias construções da categoria, evidenciando a complexidade que permeia os estudos sobre o tema. Embora distintas, suas abordagens nos instigam a refletir sobre as marcas que o epistemicídio imprime na produção de conhecimento, ao instaurar certezas universalistas que obscurecem as particularidades das diferentes conjunturas.

Fontes

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução: Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OYĚWÚMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Chimamanda Ngozi Adichie: “Nossa época obriga a tomar partido”. [Entrevista concedida a] Claudia Salazar Jiménez. **El País**, [S.l.], 11 out. 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/01/cultura/1506882356_458023.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

ANDRADE, Giselle dos Santos; SANTOS, Debora Maria dos. Gênero: três perspectivas introdutórias. **Kalagatos**, v. 17, n. 1, 2020, p. 122-136. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6443>>. Acesso em: 03 jul. 2025.

AQUINO, Raissa Conceição Barbosa de. Sobre a complementariedade entre os sexos: discutindo as relações entre homens e mulheres nos discursos do feminismo hegemônico e de intelectuais da África Subsaariana. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 13, n. 41, 2020, p. 154-167. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9498>>. Acesso em: 03 jul. 2025.

ARDUINO, Eugenia. África y sus mujeres: reflexiones sobre el feminismo poscolonial africano. **Revista Cambios y Permanencias**, n. 7, 2016, p. 140-161. Disponível em: <<https://revistas.uis.edu.co/index.php/revistacyp/article/view/7026>>. Acesso em 03 jul. 2025.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Laerkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, 2013, p. 89-117. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

_____. Feminismos Subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, 2017, p. 1035-1054. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 jul. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001465832>>. Acesso em: 01 jul. 2025.

COLI, Raquel das Neves. Decolonialidade: ruptura com a hegemonia do conhecimento e reverberações na arte. **Farol**, v. 17, n. 25, 2021, p. 102-113. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8880749>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DÍAZ, Daniel Peres. Feminismo poscolonial y hegemonía occidental: una desconstrucción epistemológica. **Dossiers Feministes**, [S.l.], n. 22, 2017, 157-177. Disponível em: <<https://raco.cat/index.php/DossiersFeministes/article/view/328065>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

DOVE, Nah. **Mulherisma Africana: uma teoria afrocêntrica**. Tradução: Wellington Agudá. *Jornal de Estudos Negros*, v. 28, n. 5, 1998, p. 1-26.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Sebastião Nascimento. Prefácio: Grada Kilomba. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERRARA, Jessica Antunes; CARRIZO, Silvina Liliana. Caminhos para um feminismo decolonial. **Cadernos Pagu**, v. 62, 2021, p. 1-16. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449202100620029>>. Acesso em: 28 jun. 2025.

FUNDO PARA DESENVOLVIMENTO DAS MULHERES AFRICANAS. **Carta de Princípios Feministas para as Feministas Africanas**. Tradução: Sizaltina Cutiaia; Âurea Mouzinho; Florita Telo. Acra, Gana: Fórum Feminista Africano, 2016.

GELEDÉS. Instituto da Mulher Negra. Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história. **Portal Geledés**, [S.l.], 16 mar. 2010. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acesso em: 21 jul. 2025.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução: Adelaine la Guardia Resende... Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à História Contemporânea**. Selo Negro: São Paulo, 2005.

hooks, bell. **E eu não sou mulher? Mulheres negras e feminismo**. Tradução: Bhuvi Libanio. 15. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

ILEA-UFRGS. Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Oyèrónkẹ Oyèwùmí (1957). **Biografias de Mulheres Africanas**, Porto Alegre, 22 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/africanas/oyeronke-oyewumi-1957/>>. Acesso em: 20 jul. 2025

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. **History and Theory**, v. 42, n. 1, 2003, p. 39-44.

___; HAUPT, Heinz-Gerhard (ed.). **Comparative and Transnational History: Central European Approaches and New Perspectives**. Oxford: Berghahn Books, 2009.

MARTINS, Mireile Silva; MOITA, Francisca Gomes Simões. Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate. *In: VI SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL; V ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA*. 2018, Uberlândia. **Anais eletrônicos**. Uberlândia, 2018, p. 1-11. Disponível em: <https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mireile_silva_martins.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MOI, Izabela. Para ampliar horizontes. Romance e obra de filosofia de autoras nigerianas sobre cultura iorubá mostram o respeito à história particular de cada um. **Quatro cinco um**, [S.l.], 20 jul. 2021. Disponível em: <<https://quatrocincoum.com.br/resenhas/literatura/para-ampliar-horizontes/>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

NANQUE, Manuel. **A África sob diferentes olhares: do epistemicídio colonial à tecitura de um conhecimento endógeno**. 2018. 22f. Artigo (Graduação) - Curso de Licenciatura em Sociologia, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2282>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

NZEGWU, Nkiru. “O” África. Imperialismo de gênero na academia. *In: OYÊWÚMÍ, Oyèrónké (ed.). Mulheres africanas e feminismo: reflexões sobre a política da sororidade*. Tradução: Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023, p. 151-237.

PACHECO, Felipe Jorge Kopanakis. Introdução: o meio geográfico e sua influência no continente africano. *In: MACEDO, José Rivair (org.). Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 9-12.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. A águia de pedra e o rinoceronte de ouro: história, cultura e arqueologia das sociedades do sudeste africano (séculos VI-XVI). *In*: BORGONGINO, Bruno Uchoa (org.). **Para além do Ocidente cristão**: outras Idades Médias? Recife: Ed. UFPE, 2023, p. 302-323.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005, p. 107-130.

ROSE, Gisele. Oyèrónkẹ Oyèwùmí. **Blog Unicamp**, Campinas, 2015. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/oyeronke-oyewumi/>>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVA, Dayane Augusta Santos da. Gênero e feminismo(s) africano(s). **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 22, 2021, p. 268-287. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/58416>>. Acesso em: 05 jul. 2025.

SILVA, Sheila Dias da. **Resistência feminina e feminismo africano em Without a name de Yvonne Vera**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014. Disponível em: <<https://ri.ufmt.br/handle/1/378>>. Acesso em: 03 jul. 2025.

STONY BROOK UNIVERSITY. Department of Sociology. Oyeronke Oyewumi. Professor. **Stony Brook University**, [S.l.], 2025. Disponível em: <https://www.stonybrook.edu/commcms/sociology/people/faculty/oyewumi.php>. Acesso em: 22 jul. 2025.

TED. **Chimamanda Adichie**: o perigo de uma única história. Tradução: Erika Rodrigues. [Vídeo]. Youtube, 09 out. 2009. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>>. Acesso em: 18 jul. 2025.